



## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em Conformidade com as Normas Legais e Estatutárias, submetemos à apreciação de V.sas., as Demonstrações Financeiras do Lifecenter Sistema de Saúde S.A. relativas aos exercícios de 2022 e 2021 de acordo com a Legislação vigente. Agradecemos aos nossos Clientes, Associados, Fornecedores, Entidades Governamentais e Órgãos Reguladores pela confiança e apoio depositados em nossa administração, e aos nossos Colaboradores pelo indispensável comprometimento, empenho e dedicação demonstrados para a obtenção destes resultados.

São Paulo, 31 de março de 2023

A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL - EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Expresso em milhares de Reais)				DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Expresso em milhares de Reais)							
Ativo	Nota	2022	2021	Passivo	Nota	2022	2021	Notas			
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>				19	167.341	142.886	
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.191	9.406	Contas a pagar aos fornecedores	9	16.625	16.823	20	(168.879)	(142.307)	
Contas a receber de clientes	5	8.489	13.538	Obrigações trabalhistas e sociais	10	5.849	7.171		(1.538)	579	
Estoques	6	6.695	6.735	Passivo de arrendamentos	11	1.608	1.541		(12.386)	(10.722)	
Créditos tributários e previdenciários	7	958	856	Empréstimos e financiamentos	17	216	24.969		(13.924)	(10.143)	
Outros Ativos	8	995	1.638	Obrigações tributárias e fiscais	14	936	6.547		21	1.476	
		18.328	32.173	Aluguéis a pagar	15	-	9.253		21	(8.521)	
				Outros Passivos		87	328			(13.038)	
						25.321	66.632			(7.045)	
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>						(20.969)	
<b>Realizável a longo prazo</b>				Passivo Arrendamento	11	49.338	50.994			(22.278)	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22	7.878	5.054	Empréstimos e financiamentos	17	-	25.942			22	2.777
Depósitos judiciais e fiscais	16	1.391	1.005	Provisão para contingências	16	3.436	2.974				(177)
Investimentos Participações Societárias		135	135	Provisão diferido		59	12				(18.369)
Outros ativos	8	9.617	3.396			52.833	79.922				(19.800)
		19.021	9.590								
Imobilizado	12	56.473	46.642	<b>Patrimônio líquido</b>							
Intangível	13	479	603	Capital social	18	262.218	189.118				
Direito de uso - arrendamentos	11	44.297	46.978	Adiantamento p/Futuro Aumento de Capital		3.500	-				
		120.270	103.813	Prejuízos acumulados		(205.274)	(199.686)				
						60.444	(10.568)				
<b>Total do ativo</b>		<b>138.598</b>	<b>135.986</b>	<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>138.598</b>	<b>135.986</b>				

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Expresso em milhares de Reais)

## 1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Lifecenter Sistema de Saúde S.A. ("Hospital", "Lifecenter" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede social em Belo Horizonte - MG. A Companhia tem por objeto social a exploração do hospital instalado no conjunto denominado Lifecenter, composto de serviços médicos hospitalares. O Lifecenter, constituído em 2 de outubro de 2000, esteve em período pré-operacional até 31 de outubro de 2002, efetuando a adequação do Hospital Lifecenter para o atendimento ao público. Em 2013, as ações do Hospital Lifecenter eram detidas pelo Life Fundo Mútuo de Investimento em Empresas Emergentes ("Life Fundo") que tinha a seguinte composição acionária: Fundação BDMG de Seguridade Social (Desban), Instituto UFV de Seguridade Social (Agros), Unimed Belo Horizonte - Cooperativa de Trabalho Médico e Fundação Forlunas de Seguridade Social (Forluz). O Life Fundo era um fundo mútuo de investimento em empresas emergentes constituído sob a forma de condomínio fechado, regido por seu regulamento, pela Instrução CVM nº 209/94 e pelas disposições legais e regulamentares que lhe foram aplicáveis. Em 7 de fevereiro de 2014, foi constituído pelos acionistas do Hospital um novo fundo na forma de condomínio fechado, regido por seu regulamento próprio, com base na instrução normativa CVM 391 e demais legislação aplicável nos termos do artigo 109 da instrução CVM 409. Este novo fundo chamado Minas Gerais Fundo de Investimento em Participações passou a possuir ações do Lifecenter, tendo em vista a extinção do Life Fundo, considerando a expiração do seu prazo legal de duração. Em janeiro de 2021 a NotreDame Intermédica fez a aquisição do Hospital, passando a deter, de forma indireta, 100% (cem por cento) das ações do Hospital Lifecenter. Uma demonstração da continuidade da estratégia de crescimento e de fortalecimento da rede própria, impulsionando a presença do Grupo no Estado de Minas Gerais e reforçando o compromisso com a criação de valor para nossos acionistas, clientes e sociedade. Em fevereiro de 2022, ocorre a combinação de negócios Hapvida Participações e Investimentos S.A e NotreDame Intermédica Participações S.A.. Com essa operação a Companhia passou a fazer parte do Grupo Hapvida NotreDame Intermédica (Grupo).

## 2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **2.1 Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPCs"), e evidenciando todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Essas demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico com base de valor e ajustadas para refletir ativos e passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **2.2 Conversão de moeda estrangeira:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Companhia. As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado. **2.3 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. **2.4 Ativos financeiros:** A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração: • Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado); e • Mensurados ao custo amortizado. A classificação depende do modelo de negócio da Companhia para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes incluem: • Títulos patrimoniais que não são mantidos para negociação no reconhecimento inicial e que a Companhia decidiu, de forma irrevogável, reconhecer nessa categoria. Esses investimentos são estratégicos e a Companhia considera essa classificação como sendo mais relevante. • Títulos de dívida, nos quais os fluxos de caixa contratuais consistem basicamente em principal e em juros e o objetivo do modelo de negócios da Companhia é atingido por meio da arrecadação de fluxos de caixa contratuais e da venda de ativos financeiros. A Companhia classifica os seguintes ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: • Investimentos patrimoniais mantidos para negociação; • Investimentos patrimoniais para os quais a entidade não optou por reconhecer ganhos e perdas por meio de outros resultados abrangentes. Para ativos financeiros mensurados ao valor justo, os ganhos e perdas serão registrados no resultado ou em outros resultados abrangentes. Para investimentos em instrumentos de dívida, isso dependerá do modelo do negócio no qual o investimento é mantido. Para investimentos em instrumentos patrimoniais que não são mantidos para negociação, isso dependerá de a Companhia ter feito ou não a opção irrevogável, no reconhecimento inicial, por contabilizar o investimento patrimonial ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. **2.5 Instrumentos financeiros derivativos:** Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia não possuía instrumentos financeiros derivativos. **2.6 Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pelos serviços hospitalares prestados a seus clientes no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para crédito de liquidação duvidosa ("PCLD" ou "Impairment"). **2.7 Estoques:** Os estoques são demonstrados pelo custo médio ou ao valor líquido de realização, dos dois, o menor. O método de avaliação dos estoques é o de custo médio ponderado. O custo é determinado pelo método de avaliação dos estoques usando-se o custo médio ponderado e, em geral, compreendem os materiais de utilização na operação da Companhia (órteses e próteses, materiais hospitalares, medicamentos, materiais de consumo etc.). **2.8 Depósitos judiciais:** Os depósitos judiciais são aqueles que se promovem em juízo em conta bancária vinculada a processo judicial, sendo realizados em moeda corrente com o intuito de garantir a liquidação de potencial futura obrigação. Em algumas situações, a Companhia questiona a legitimidade de ações judiciais e por estratégia da administração ou por ordem judicial valores são depositados em juízo sem a caracterização de liquidação do passivo, proporcionando à Companhia o questionamento das ações. Os depósitos são atualizados monetariamente de acordo com as regras específicas de cada tribunal e, como são utilizados como garantia, podem ser levantados pela parte vencedora. Assim, se a Companhia não obtiver êxito no processo, os valores depositados serão convertidos em renda da Fazenda Pública ou utilizados para deduzir o valor do passivo correspondente, caso houver. Do contrário, se a decisão for favorável à Companhia, há possibilidade de resgate dos depósitos. **2.9 Imobilizado:** O imobilizado é mensurado pelo custo histórico, deduzido da depreciação acumulada e inclui os gastos

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Expresso em milhares de Reais)

	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>124.118</b>	<b>-</b>	<b>(117.626)</b>	<b>6.492</b>
Aumento de capital	65.000	-	-	65.000
Prejuízo do exercício	-	-	(19.800)	(19.800)
Ajuste a valor justo	-	-	(62.260)	(62.260)
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>189.118</b>	<b>-</b>	<b>(199.686)</b>	<b>(10.568)</b>
Aumento de capital	73.100	-	-	73.100
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	3.500	-	3.500
Prejuízo do exercício	-	-	(18.369)	(18.369)
Ajuste a valor justo	-	-	12.781	12.781
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>262.218</b>	<b>3.500</b>	<b>(205.274)</b>	<b>60.444</b>

diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. A depreciação dos ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada. **2.10 Intangível:** As licenças de softwares adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada de cinco anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pelo Hospital, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos: • É tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso. • A administração pretende concluir o software e usá-lo ou vendê-lo. • O software pode ser vendido ou usado. • Pode-se demonstrar que é provável que o software gerará benefícios econômicos futuros. • Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o software. • O gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança. Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas diretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente. Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida-útil estimada, não superior a cinco anos. **2.11 Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito condicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. **2.12 Direito de uso e Passivo de arrendamento:** A Companhia avalia na data de início do contrato se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca da contraprestação. A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. (i) Ativos de direito de uso: A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida-útil estimada dos ativos. Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Companhia ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo. Os ativos de direito de uso também estão sujeitos à redução ao valor recuperável. (ii) Passivo de arrendamento: Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Companhia exercendo a opção de rescindir o arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou a condição que gera esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. (iii) Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor: A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Expresso em milhares de Reais)

	2022	2021
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Prejuízo do exercício	(18.369)	(19.799)
<b>Ajustes para reconciliar o resultado com o caixa:</b>		
Depreciação e amortização	3.475	7.091
Amortização direito de uso	2.649	3.498
Provisão para contingências	462	5
Variação monetária depósitos judiciais	(137)	(252)
Provisão para devedores duvidosos e glosa	11.256	(8.495)
Provisão para estoques	316	176
Provisão PIS e COFINS s/Medicamentos Monofásicos	-	5.769
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	3.318	4.742
Juros sobre arrendamento mercantil	4.522	5.087
Despesas de imposto de renda e contribuição social	(2.777)	(2.479)
<b>Varições nos ativos e passivos</b>		
Contas a receber de clientes	(6.206)	32.228
Estoques	(276)	582
Impostos a recuperar	(101)	(385)
Demais contas a receber e despesas antecipadas	642	859
Depósitos judiciais	(250)	3.129
Contas a pagar aos fornecedores	(198)	(6.031)
Obrigações trabalhistas e sociais	(1.321)	(2.749)
Obrigações tributárias e fiscais	(5.610)	(5.950)
Demais contas a pagar e aluguéis a pagar	(9.495)	3.341
Investimentos em participações societárias	-	(38)
Arrendamento Mercantil - AVP	-	52.787
<b>Caixa gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>(18.100)</b>	<b>73.116</b>
Juros pagos sobre empréstimos	(12.388)	(5.031)
<b>Caixa líquido gerado (aplicado) pelas (nas) atividades operacionais</b>	<b>(30.488)</b>	<b>68.085</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>		
Transações com partes relacionadas	-	(12.536)
Aquisições de bens do ativo imobilizado	(13.152)	(37.813)
Aquisições de bens do ativo intangível	(30)	(189)
Arrendamento	-	(3.598)
Outros créditos a receber	(6.221)	-
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>	<b>(19.403)</b>	<b>(54.136)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
Aumento de capital	76.600	-
Pagamentos de arrendamento mercantil	(6.155)	(10.358)
Demolimento de empréstimos e financiamentos	(41.550)	(24.351)
Outros	12.781	-
<b>Caixa líquido gerado (aplicado) das (nas) atividades de financiamento</b>	<b>41.676</b>	<b>(34.709)</b>
<b>Varição no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(8.215)</b>	<b>(20.760)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 4)	9.406	30.166
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício (Nota 4)	1.191	9.406
<b>Varição de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(8.215)</b>	<b>(20.760)</b>

início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. **2.13 Contas a pagar aos fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo, amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. **2.14 Obrigações trabalhistas e sociais:** Os salários e encargos sociais são contabilizados pelo regime de competência e estão registrados no resultado do exercício e nas demonstrações financeiras. De acordo com a legislação vigente, os valores de férias devidas a funcionários estão provisionados de forma proporcional ao período aquisitivo e incluem os encargos sociais. **2.15 Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. (i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente: A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. (ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido: Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para: • Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil; • Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, na extensão em que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e • Diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial do ágio. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e suas subsidiárias individualmente. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua

continua -&gt;

→ \* continuação

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021** (Expresso em milhares de Reais)

realização não seja mais provável. Não foram realizadas reduções aos ativos fiscais diferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Operadora espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **2.16 Provisões:** As provisões são reconhecidas quando: (i) A Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos ocorridos; (ii) É provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; (iii) O valor pode ser estimado com segurança. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigação como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação mencionada com qualquer item individual incluindo na mesma classe de obrigação seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. No que se refere às provisões relacionadas aos riscos tributários, cíveis e trabalhistas, a avaliação da probabilidade de desembolso de caixa inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **2.17 Capital social:** As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. **2.18 Reconhecimento de receita:** (a) **Receita com prestação de serviços:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços hospitalares e ambulatoriais no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando o seu valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para as suas atividades. (b) **Receita financeira:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. **2.19 Reconhecimento da despesa:** A despesa é apropriada ao resultado de acordo com o regime de competência.

**3. OUTROS ASSUNTOS**

**3.1 Efeitos do coronavírus (COVID-19):** Com o avanço dos programas de vacinação da população mundial e maior controle sobre a pandemia, os efeitos da COVID-19 reduziram drasticamente, sendo possível observar a diminuição e, em determinados casos, a extinção das medidas de isolamento social. A economia brasileira apresentou uma melhora na atividade econômica, bem como a adaptação dos consumidores às novas condições sociais, resultou em um melhor desempenho do consumo e serviços. Como resultado, a economia local vem retornando aos níveis de pré-pandemia, com a imunização de grande parte da população, ainda que se observem incertezas decorrentes do surgimento de novas variantes do coronavírus. Desde o início da pandemia, a Companhia tem se comprometido em assegurar a seus beneficiários acesso à saúde de qualidade mesmo diante do cenário desafiador. A Companhia permanece vigilante, monitorando os possíveis impactos de eventuais novas variantes do COVID-19 em seu negócio e atuando proativamente para garantir o atendimento aos beneficiários e contribuir com a sociedade. Não foram identificados no período atual, idem a períodos anteriores, desde o início da Pandemia, quaisquer riscos de créditos e insuficiências de perdas esperadas sobre créditos, ou ainda, riscos de liquidez e geração de caixa da Companhia. **3.2 Impactos relacionados à invasão russa na Ucrânia:** A invasão russa na Ucrânia, juntamente com a imposição de sanções internacionais, tem um impacto econômico generalizado. Os negócios no Brasil podem ser severamente impactados pela interrupção da cadeia de suprimentos, volatilidade do mercado, risco de pagamento e aumento dos custos de commodities resultantes da invasão. O impacto é agravado pela decisão de algumas empresas globais de limitar ou cessar as operações na Rússia. A administração da Companhia está acompanhando potenciais impactos, porém até a data da emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, não foram identificados ajustes materiais a serem divulgados. **3.3 Riscos atrelados às mudanças climáticas:** O Grupo Hapvida NotreDame Intermédica, da qual a Companhia faz parte, promoveu um estudo de riscos e oportunidades climáticas considerando os horizontes temporais de 2030 e 2050, avaliando os principais riscos físicos associados ao aquecimento global e os efeitos das mudanças climáticas no aumento da demanda por serviços de saúde, considerando o curto, médio e longo prazo, objetivando obter melhor compreensão e informações técnicas para auxiliar a tomada de decisão em planos de adaptação às mudanças climáticas. Entre os aspectos identificados no estudo, destacam-se os possíveis impactos de eventos climáticos extremos nas unidades e instalações e os desdobramentos da mudança do clima na saúde das populações e na busca por atendimento médico. O Grupo Hapvida NotreDame Intermédica trabalha para mitigar os riscos à integridade física das unidades, levando em consideração no planejamento de obras e reformas a ocorrência de tempestades, inundações, ciclones e granizo. Em determinados casos, é avaliada ainda a possibilidade de mudança de endereço de um ativo diante da impossibilidade de adequação da infraestrutura para um atendimento dentro dos padrões de segurança e qualidade estabelecidos. Além disso, as aplicações de seguros do Grupo incluem cobertura para eventos extremos. Além disso, o aumento de casos de doenças respiratórias decorrentes da queda de temperatura ou aumento da poluição, doenças cardiovasculares pelo aumento da temperatura e doenças limitadas a certas áreas geográficas (como a dengue, cujo vetor está relacionado ao acúmulo de água e pode ser impactado pelo regime de chuvas) são monitorados de forma recorrente pelo Grupo. Por fim, são realizados investimentos constantes na diversificação geográfica das unidades assistenciais, em programas de medicina preventiva e em ações educativas e de conscientização nos canais de comunicação.

**4. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA**

	2022	2021
Caixa	17	3.930
Bancos conta movimento	1.174	250
Aplicações financeiras	—	5.226
	<b>1.191</b>	<b>9.406</b>

As aplicações financeiras são de liquidez diárias, representadas substancialmente por certificados de Depósito Bancário ("CDB").

**5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES**

	2022	2021
Os créditos a receber estão apresentados da seguinte maneira:		
Contas a receber bruto	23.891	17.685
Provisão para perdas sobre créditos	(15.402)	(4.147)
	<b>8.489</b>	<b>13.538</b>

As contas a receber de clientes são compostas na sua maioria por valores a receber junto aos planos de saúde conveniados ao Lifecenter, clientes particulares. Com os trabalhos realizados em 2022 junto aos convênios é possível ver um aumento na receita, entretanto houve também um aumento no endividamento que somado a readequação do cenário de 2021 para 2022 reflete na provisão para perdas sobre créditos.

**6. ESTOQUES**

	2022	2021
Almoxarifado central	2.859	3.325
Manutenção	455	340
Órtese e Prótese Materiais Especiais - OPME Hemodinâmica	66	62
Materiais consignados - OPME	3.284	2.984
Materiais consignados - medicamentos	30	22
Materiais consignados - materiais	1	2
	<b>6.695</b>	<b>6.735</b>

**7. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS**

Os créditos tributários e previdenciários estão compostos da seguinte forma:

	2022	2021
Imposto Renda Retido na Fonte	93	49
Contribuição Social Retida na Fonte	73	39
Imposto de Renda sobre o Lucro	360	336
Contribuição Social sobre o Lucro	124	124
Crédito Previdencial Social	9	9

	2022	2021
Crédito de ISS	299	299
	<b>958</b>	<b>856</b>

**8. OUTROS ATIVOS**

	2022	2021
Adiantamento a fornecedores	485	301
Adiantamento a funcionários	436	1.010
Despesas antecipadas	23	278
Contas a receber de alugueis	51	49
Outros ativos a receber	9.617	3.396
	<b>10.612</b>	<b>5.034</b>

Circulante  
Não Circulante  
O aumento da conta refere-se a valores pagos após a compra do Hospital pela Notre Dame Intermédica que correspondem a débitos de períodos anteriores e que ainda podem ser cobrados (e/ou negociados) dos devedores.

**9. FORNECEDORES**

	2022	2021
Fornecedores de materiais	6.158	5.444
Fornecedores de medicamentos	531	284
Prestadores de serviços	9.936	11.094
	<b>16.625</b>	<b>16.823</b>

**10. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E SOCIAIS**

	2022	2021
Salários e ordenados	934	1.145
INSS a recolher	746	846
FGTS a recolher	254	319
IRRF a recolher	250	462
Provisões de férias	3.152	3.751
Outras	513	648
	<b>5.849</b>	<b>7.171</b>

**11. ARRENDAMENTO MERCANTIL**

	Aluguéis de imóveis	Máquinas e equipamentos	Total
<b>Ativo de direito de uso</b>			
Em 31 de dezembro de 2021	46.855	123	46.978
Saldo adquirido	(77)	—	(77)
Atualizações contratuais	45	—	45
Amortização	(2.572)	(78)	(2.650)
Em 31 de dezembro de 2022	44.251	45	44.296
<b>Passivo de Arrendamento</b>			
Em 31 de dezembro de 2021			52.535
Atualizações contratuais			44
(-) Amortização no período			4.522
Contraprestação paga			(6.155)
Em 31 de dezembro de 2022			50.946
<b>Arrendamento Obrigações</b>			
Até um ano	1.608	1.541	
Mais de um ano e até cinco anos	8.027	6.903	
Acima de cinco anos	41.311	44.091	
	<b>50.946</b>	<b>52.535</b>	

**Vencimento das Prestações**

	2022	2021
2022	—	—
2023	6.763	—
2024	6.544	—
2025	6.414	—
2026	6.414	—
2027	6.414	—
Mais de 5 anos	73.223	—
Valores descontados	105.772	—
Juros embutidos	(54.826)	—
	<b>50.946</b>	<b>52.535</b>

**12. IMOBILIZADO**

A movimentação do imobilizado durante o exercício de 2022 e 2021 está sumarizada da seguinte forma:

	31/12/2021	Baixa Inventário	Aquisições	Transferências	Depreciações	31/12/2022
Terrenos e imóveis	34.257	—	—	—	(1.408)	32.849
Máquinas e equipamentos	6.145	(170)	3.379	(96)	(1.311)	7.947
Móveis e utensílios	1.026	(13)	962	(82)	(137)	1.756
Equipamentos de computação	(13)	(41)	1.533	90	(33)	1.536
Imobilizações em curso	(37)	—	—	—	—	(37)
Beneficiárias em imóveis de terceiros	5.263	—	7.278	13	(133)	12.421
<b>Total Imobilizado</b>	<b>46.642</b>	<b>(224)</b>	<b>13.152</b>	<b>(75)</b>	<b>(3.022)</b>	<b>56.473</b>

	Vida útil	Aqui-sições	Transfe-rência	Depre-ciação	31/12/2022
Terrenos e imóveis	25 a 60 anos	—	—	1,67%	—
Veículos	1 a 10 anos	—	—	10%	—
Instalações	5 a 10 anos	—	—	10%	—
Máquinas e equipamentos	3 a 28 anos	—	—	3,57%	—
Móveis e utensílios	1 a 10 anos	—	—	10%	—
Equipamentos de computação	5 a 15 anos	—	—	6,67%	—
Beneficiárias em imóveis de terceiros	25 a 60 anos	—	—	1,67%	—

**13. INTANGÍVEL**

	Vida útil	Aqui-sições	Transfe-rência	Depre-ciação	31/12/2022
Sistema de computadores	5 anos	603	3	75 (229)	479
		<b>603</b>	<b>3</b>	<b>75 (229)</b>	<b>479</b>

**14. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E FISCAIS**

	2022	2021
Provisão COFINS s/Medicamentos Monofásicos (i)	—	4.700
Provisão PIS s/Medicamentos Monofásicos (i)	—	1.018
COFINS	328	365
PIS	71	79
IRRF	65	39
CSRF	213	127
IRPJ/CSLL a Recolher	—	—
ISS sobre Serviços	189	152
Contribuições Previdenciárias Retidas de Terceiros	64	54
Outros	6	13
	<b>936</b>	<b>6.547</b>

(i) Em 2020 foi constituída uma Provisão PIS e COFINS sobre Medicamentos Monofásicos em virtude de um auto de infração contra o Hospital. Após defesas sobre o tema em 2021 ocorreu e a plena quitação do débito em 2022 e a reversão da totalidade do saldo provisionado.

**15. ALUGUEIS A PAGAR**

	2022	2021
Fundação Libertas de Seguridade Social - Libertas	—	2.811
Fundação Bdmg de Seguridade Social - Desban	—	1.393
Fundação Forluminas de Seguridade Social - Forluz	—	2.960
Instituto UFV de Seguridade Social - Agros	—	2.089
	—	<b>9.253</b>
Circulante	—	<b>9.253</b>

**16. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS**

São efetuadas provisões para contingências quando a administração, julga adequada e considera o risco de perda provável. Ações são preponderantemente de cunho trabalhista, as demais referem-se a processos cíveis.

	Depósito judicial		Provisões	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Contingências cíveis	810	1.005	536	530
Contingências tributárias	—	—	1	—
Contingências trabalhistas	582	—	2.899	2.444
	<b>1.392</b>	<b>1.005</b>	<b>3.436</b>	<b>2.974</b>

A Companhia figura como parte em processos não provisionados, cuja expectativa da administração com base na opinião dos advogados e assessores jurídicos, é de perda possível. O valor aproximado do processo em 31/12/2022 montante em R\$ 23.426 (2021 - R\$ 30.564).

**17. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**

Os empréstimos e financiamentos estão apresentados da seguinte forma:

	2022	2021
Capital de giro	150	50.616
Leasing financeiro	66	181
Outros	—	115
	<b>216</b>	<b>50.912</b>
Circulante	216	24.969
Não circulante	—	25.942

A Companhia recebeu aportes durante o exercício de 2022 e quitou os contratos de capitais de giro, tendo melhorado seu capital circulante líquido em relação ao exercício anterior.

**18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

**Capital Social:** O capital social, total subscrito em 31 de dezembro de 2022, é de R\$ 262.218.277,48 sendo 223.998.612 (duzentos e vinte três milhões, novecentas e noventa e oito mil e seiscentas e doze) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

	2022	2021
Prejuízo líquido do exercício	(18.369)	(19.800)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação	223.298.612	150.198.612
<b>Prejuízo líquido básico e diluído por ação - R\$</b>	<b>(0,08)</b>	<b>(0,13)</b>

A Companhia recebeu aportes de R\$ 76.600 durante o exercício de 2022, sendo aprovado através da Assembleia Geral Extraordinária os seguintes aportes conforme abaixo descrito o montante de (R\$ 73.100) e Adiantamento para Futuros Aumentos de Capital (AFACs) de (R\$ 3.500).

	2022	2021
Ata AGE - 28/02/2022	18.000	—
Ata AGE - 12/07/2022	7.600	—
Ata AGE - 13/09/2022	4.000	—
Ata AGE - 31/10/2022	4.500	—
Ata AGE - 26/12/2022	39.000	—
	<b>73.100</b>	<b>—</b>
AFAC - 28/12/2022	3.500	—
	<b>76.600</b>	<b>—</b>

**Ajuste a Valor Justo:** Após a combinação de negócios Hapvida e o Grupo NotreDame Intermédica, foi contratado empresa de consultoria para avaliar o balancete do Hospital e constatou a necessidade de efetuar ajustes contábeis, a contrapartida de tais lançamentos foram ajustados na rubrica de "Prejuízos acumulados" no Patrimônio Líquido. O montante dos ajustes soma R\$12.781.

**19. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA DE SERVIÇOS**

	2022	2021
Atendimento convênios	175.700	157.868
Outras operacionais	7.282	1.727
<b>Receita bruta</b>	<b>182.982</b>	<b>159.595</b>
Impostos sobre vendas	(11.556)	(10.196)
Serviços cancelados	(146)	(285)
Glosas	(3.939)	(6.228)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>167.341</b>	<b>142.886</b>

**20. CUSTOS E DESPESAS**

	2022	2021
Custos dos serviços prestados	(168.879)	(142.307)
Despesas gerais e administrativas	(12.386)	(10.723)
<b>Total de custos e despesas</b>	<b>(181.265)</b>	<b>(153.030)</b>
Salários e encargos	(42.683)	(49.248)
Insumos	(45.180)	(47.566)
Serviços contratados	(84.288)	(45.699)
Despesas com alugueis	(7.306)	(10.265)
Provisões para contingências e perdas com ativos	(1.897)	(456)
Depreciação e amortização	255	243
Outros custos e despesas	(166)	(39)
	<b>(181.265)</b>	<b>(153.030)</b>



# Lifecenter Sistema de Saúde S.A.

CNPJ 04.123.021/0001-55



## —\* continuação

Ilmos. Srs(as) Administradores e Sócios do  
**Lifecenter Sistema de Saúde S.A.**

Belo Horizonte - MG

### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do **Lifecenter Sistema de Saúde S.A.**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **Lifecenter Sistema de Saúde S.A.** em 31 de dezembro de 2022, desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis". Somos independentes em relação à entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Outros Assuntos

#### Demonstrações Contábeis Auditadas do Anterior

As demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2021 e demonstrações de resultado para o período de janeiro a dezembro de 2021, apresentadas para fins de comparações, foram examinadas por outros auditores independentes que emitiram o relatório em 26 de maio de 2022, sem ressalva e com ênfase sobre "Ajustes realizados por refazimento de demonstrações financeiras anteriores".

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

### Responsabilidades da Administração e da Governança pelas Demonstrações Contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco

de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 17 de fevereiro de 2023

**Grunitzky - Auditores Independentes S/S**  
CRC PR-004.552/O-5 S/MG - CVM 7862

**Charles André Rovigo**  
CRC PR-042.964/O-6 S/MG - CNAI 2908

## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/48E0-727D-6F68-B7B6> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 48E0-727D-6F68-B7B6



### Hash do Documento

W89XbGX26hu1lz5+xled/iXqOZy8ZgSIWgDg4LRAXDs=

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 11/07/2023 é(são) :

Ruy Adriano Borges Muniz (ADMINISTRADOR) - 464.189.546-53

em 11/07/2023 22:02 UTC-03:00

**Tipo:** Certificado Digital - EDIMINAS S A EDITORA GRAFICA

INDUSTRIAL DE MINAS - 19.207.588/0001-87

